

PROTEÇÃO PARA QUILOMBOLA

Três comunidades de ex-escravos e africanos dentro de Belo Horizonte recebem atenção da Fundação Municipal de Cultura. Começa hoje o processo de registro de Patrimônio

Imaterial. O anúncio será feito no lançamento do Festival de Arte Negra (FAN). A principal reivindicação das lideranças, no entanto, é a posse da terra que ocupam. HORIZONTES - P. 24

TRÊS QUILOMBOS EM BH DEVEM RECEBER REGISTRO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

INÍCIO DO PROCESSO SERÁ ANUNCIADO HOJE, DURANTE LANÇAMENTO DE FESTIVAL

| **ALINE LOUISE**
| amoreira@hojeemdia.com.br

Em cerca de oito meses, as três comunidades quilombolas de Belo Horizonte – dos Luízes, no Grajaú, de Manguieiras (Ribeiro de Abreu) e a Manzo Ngunzo Kaiango (Santa Efigênia) – podem receber o registro de patrimônio imaterial. Os estudos que vão embasar o reconhecimento serão feitos pela Fundação Municipal de Cultura, junto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (Iphan). O anúncio do início do processo acontece hoje, durante o lançamento da 8ª edição do Festival de Arte Negra 2015 (FAN).

“Nesses territórios, sobrevivem valores e heranças culturais de ex-escravos e africanos”, ressalta Leônidas José de Oliveira, presidente da fundação. Para ele, o registro vai proteger essas comunidades das constantes pressões imobiliárias, que, ao longo do tempo, foram reduzindo seus territórios. “O registro

ajuda para que os grupos sejam reconhecidos como parte daquele lugar. Sobre tudo no Grajaú, onde a pressão é muito grande. Vai salvaguardar a herança cultural que esse território tem, do congado, reinado e outras tradições antigas”.

PROPRIEDADE

Para quem é descendente de um povo cuja história é feita de lutas por direitos, a conquista do registro é apenas resultado de mais uma batalha. O presidente da Associação Quilombola da Comunidade de Manguieiras, Maurício Moreira dos Santos, diz que o que eles mais precisam é do título da terra, que há anos é pleiteado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A presidente da Associação do Manzo Ngunzo Kaiango, Cássia Cristina da Silva, reforça a demanda pela regularização da posse da terra, para as dez famílias que ocupam o lugar há mais de 40 anos, que hoje tem apenas 380 m². “A medida que a cidade foi crescendo, ela avançou sobre o quilombo. Por isso, a comunidade perdeu boa parte do seu território e, hoje, a maioria reside fora daqui. Mas o registro de patrimônio imaterial é importante, principalmente para nós, que somos bem urbanos. É uma forma de proteger e preservar, até que se faça a regularização do território”, avalia.

“O reconhecimento dos quilombos como patrimônio imaterial certamente ajuda na luta dessas comunidades pela posse e propriedade da terra, mas não define a questão territo-

A 8ª edição de Festival de Arte Negra será lançada hoje, às 15h30, no Memorial Minas Gerais Vale, na Praça da Liberdade

”, ressalta a Chefe do Departamento de Identificação, Registro e Promoção da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura, Françoise Jean.

Ela explica que o registro protege o perímetro dos quilombos e as manifestações culturais lá existentes, que serão mapeadas e identificadas por meio dos estudos, que estão sendo iniciados.

PROCESSO

Depois de concluídos os levantamentos, eles serão apresentados ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, que deve analisar e decidir sobre a concessão do documento.

Os três quilombos já são reconhecidos pela Fundação Palmares como sendo quilombos urbanos.

O registro imaterial “apenas reconhece aqueles territórios como sendo culturais, caracterizados por serem ocupados por um grupo étnico que compartilha de uma cultura específica e de matriz africana”, reforça Françoise Jean.



GARANTIA – Maurício Moreira dos Santos, presidente da Manguieiras, diz que é necessário o título da terra